

SERVIÇO SOCIAL E MINERAÇÃO: contribuições para a garantia de direitos da população atingida em Mariana, MG

Dalila Maia de Toledo¹

RESUMO:

Este artigo, oriundo de um trabalho de conclusão de curso, objetiva analisar a atuação de Assistentes Sociais em territórios minerados, a partir da realidade de Mariana, MG, abordando as desproteções relacionais agravadas após rompimentos de barragens. A pesquisa, de natureza qualitativa, incluiu revisão bibliográfica e entrevistas em campo, e destacou a importância da profissão na garantia dos direitos dos atingidos, com ênfase na contribuição da direção do Projeto Ético Político (PEP) para a construção de políticas públicas, mobilização coletiva e promoção de consensos sociais.

Palavras-chave: Minério-dependência; Serviço Social; Garantia de direitos.

ABSTRACT:

This article, based on a thesis, aims to analyze the role of Social Workers in mining territories, using the reality of Mariana, MG, as a case study. It addresses the relational vulnerabilities aggravated after dam ruptures. The research, of a qualitative nature, included a literature review and field interviews, highlighting the importance of the profession in ensuring the rights of those affected. It emphasizes the contribution of the Ethical-Political Project's framework to the development of public policies, collective mobilization, and the promotion of social consensus.

Keywords: Mineral dependence; Social Work; Guarantee of rights.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico que se baseia na exploração se manifesta em diversas esferas, porém acaba atingindo a crise ambiental em muitos – senão em todos – os casos. Essa crise não se apresenta apenas como resultado de uma série de ações, mas sim como uma manifestação intrínseca à lógica do modo de produção capitalista, de modo a intensificar a exploração da força de trabalho do proletariado, além de ceifar seus direitos.

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e servidora pública na política de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santos.

É exemplo da materialização desse ceifamento, inclusive da vida de trabalhadores, os rompimentos de barragem de minério de ferro, como a de Fundão em novembro de 2015 no município de Mariana – MG, propriedade da Samarco S.A., mantida pela Vale S.A. e *Broken Hill Proprietary Company Limited* (BHP Billiton). Ao considerar uma realidade como essa, em que se agravam as situações de desproteção relacional que a população local enfrenta, assim como novas configurações surgem, uma indagação emerge: qual é ou pode ser a relevância do trabalho de Assistente Sociais na garantia de direitos da população atingida por rompimento de barragens?

Como traz Iamamoto (1998), a profissão faz parte de um todo que produz e viabiliza serviços sociais e direitos a partir da concretude da realidade, bem como das demandas materializadas pelos sujeitos atendidos, por meio de uma atuação interventiva e muitas vezes direta na realidade social. Também, coloca que o objeto de trabalho da categoria são as expressões da questão social, que se materializam na relação contraditória entre capital x trabalho, e apropriar-se delas é componente indispensável da atuação.

Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. (IAMAMOTO, 1998. p. 62).

O presente artigo se configura como síntese de um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, desenvolvido na Universidade Federal de São Paulo, no ano de 2024. Nesse sentido, buscou-se discutir e provocar reflexões em três eixos principais: aquele que trata da condição de dependência latino-americana e dos aspectos das atividades minerárias no Brasil, aquele que discorre sobre os impactos do rompimento da barragem de Fundão e aquele que relaciona os debates anteriores com a contribuição do trabalho profissional de assistentes sociais na garantia de direitos da população atingida pelo rompimento em questão.

Metodologicamente, o presente estudo deu-se compondo uma pesquisa documental e histórico-descritiva de caráter qualitativo, e, após devida aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CAAE 75908523.8.0000.5505, parecer nº 6.723.924 –, realizou-se pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas junto de 2 pessoas atingidas pelo rompimento de Fundão, 1 assistente social que trabalhou e trabalha no município e 1 representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Entende-se aqui como população atingida àquela que sofreu algum tipo de dano, material e/ou imaterial, em curto ou longo prazo, a partir do rompimento da barragem de Fundão. Para representar a mobilização popular, fez-se contato com uma representante do MAB, movimento de atuação nacional há mais de 40 anos, que trabalha defendendo direitos de atingidos e denunciando os impactos de violações de direitos humanos que empreendimentos de exploração trazem ao meio ambiente e às populações residentes dos territórios explorados (MAB, 2024).

Cabe evidenciar aspecto relevante que se apresentou no desdobrar do presente trabalho: os entrevistados e entrevistadas manifestaram desejo de serem abertamente mencionados quando da citação de suas falas. Escolheu-se, portanto, como forma de legitimar o posicionamento dos participantes, manter no corpo do texto seus primeiros nomes como forma de demarcar a luta travada nesse contexto.

Ademais, entende-se que a produção de conhecimento que se debruça sobre essa realidade, destaca-se ao tornar-se referência, não somente da avaliação dos crimes ambientais já cometidos, mas, especialmente, no planejamento, construção e execução de políticas públicas que, além de atender em caráter emergencial, sejam um meio de evitar o agravamento das desproteções relacionais que emergem após um rompimento de barragem.

2 ATIVIDADE MINERÁRIA NO BRASIL, ROMPIMENTO DE BARRAGENS E EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE CAPITALISTA

A exploração de minério no Brasil exerce uma grande influência sobre os desdobramentos da economia nacional, moldando de forma significativa as relações sociais, especialmente em algumas regiões, como o estado de Minas Gerais (MG). Analisar a condição de dependência dos países da América Latina, como é o caso do Brasil, em relação aos de capitalismo central, ao abordar as desigualdades e violações, é essencial para o desenvolvimento de um estudo crítico.

Faz-se importante, a princípio, compreender os dizeres que Marx (2013) traz acerca da conceituação da categoria trabalho, levando em consideração que tal questão se estabelece na possibilidade de transformar a natureza para a satisfação de suas necessidades básicas, o que, inclusive, atribui ao ser humano o caráter de ser social. Ainda, a lei geral da acumulação capitalista orienta as relações de produção e reprodução social, em que a classe burguesa controla os meios de produção, o processo produtivo e

a riqueza gerada, enquanto explora a classe trabalhadora, apropriando-se do trabalho excedente não remunerado. (Bertollo, 2021).

Entretanto, observar criticamente a mineração extrativista no Brasil apenas a partir dessas observações é insuficiente, levando em consideração que o processo de internacionalização do capital dos países latino-americanos se deu de forma muito específica. Nesse contexto, o modo de produção capitalista se constitui com o objetivo de estabelecer, nos países da América Latina, economias produtivas que irão abastecer os países de capitalismo central, fomentando seu desenvolvimento acelerado. Como destaca Marini (1973), a condição latino-americana na divisão internacional do trabalho caracteriza-se pelo seu caráter dependente:

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 2022 [1973], p. 171)

Portanto, deve-se analisar a atividade minério-extrativista no Brasil, considerando a exportação de minerais aos países de capitalismo central como elemento crucial das relações sociais dentro do Brasil e que, em algumas regiões do país, acontece de forma ainda mais acentuada. Minas Gerais, pertencente à região sudeste do Brasil, é o maior estado minerador do país (IBRAM, 2012 *apud* Alamino; Verde; Fernandes, 2014) e é responsável por 67% da produção mineral ferífera do país e a região mineira do Quadrilátero Ferrífero concentra a maior produção do estado (IBRAM, 2012).

Faz-se necessário destacar que o desenvolvimento da mineração no Brasil está intimamente ligado à condição de dependência do país nas relações capitalistas globais. A cidade de Mariana – situada no Quadrilátero Ferrífero e foco deste estudo – possui um histórico significativo de atividades de mineração desde os seus primeiros tempos. Passando de região aurífera a área de mineração de ferro, o município se desenvolveu marcado pela atuação de grandes empresas mineradoras.

A partir desse contexto, surge o conceito de minério-dependência, presente na região de Minas Gerais. De acordo com Coelho (2013), essa dependência reflete as particularidades econômicas de um território controlado pela atividade minerária, onde a concentração de riqueza, a pobreza e o desemprego se tornam elementos centrais da realidade local, enquanto a mineração extrativista se expande.

Com a infra-estrutura da região, o lucro de curto prazo é possível apenas para as mineradoras que, dessa forma, serão as únicas a terem intenção de investirem na região. Assim, a população local se vê envolta numa “minério-dependência” que têm implicações além de econômicas, também, sociais e culturais. Movimentos contra-hegemônicos encontram obstáculos difíceis de serem superados, além do que a população local imersa no desemprego e subemprego facilita a instalação das mineradoras, sendo um elemento chave na negociação das mineradoras com as entidades locais e movimentos sociais. (Coelho, 2013, p. 5)

A minério-dependência está profundamente ligada às relações de produção e reprodução social em cidades como Mariana, afetando desde o trabalho direto na mineração até os pequenos comércios marianenses, cuja dinâmica varia conforme o poder de compra da população, que é determinado pelas atividades mineradoras. Sob a ótica neoliberal, a expansão da mineração em Minas Gerais é marcada pela intensificação da exploração do proletariado e pela crescente acumulação de lucros por uma minoria, distantes dos interesses da classe trabalhadora.

Tendo em conta que o desenvolvimento da mineração no Brasil acontece de forma a violar a classe trabalhadora, não é surpresa que o alargamento acelerado da atividade mineradora traga danos irreparáveis. Em 5 de novembro de 2015, no subdistrito marianense de Bento Rodrigues, rompeu-se a Barragem de Fundão da mineradora Samarco S.A., em que o rastro de lama – de 45 milhões de m³ de rejeito – destruiu comunidades inteiras entre Minas Gerais e o Espírito Santo (ES), abalou as relações sociais e afetivas dos atingidos e interrompeu permanentemente a vida de 14 trabalhadores da mineração e 5 moradores locais, além de ter causado um aborto (Santos, 2016).

Para reparar os danos causados pelo rompimento de Fundão, em março do ano seguinte, foi criada a Fundação Renova, uma organização sem fins lucrativos, resultado de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), mantida pelas mineradoras responsáveis. Com objetivo de conter os danos e viabilizar o reassentamento das famílias, a Renova passou a atuar diretamente na assistência à população, mas com um processo marcado por contradições e violações contínuas.

Esse é o rompimento de maior proporção no que diz respeito aos impactos gerados por uma barragem de rejeitos de mineração, embora não tenha sido o primeiro nem o último em território mineiro. Contudo, tratar do tema apenas pela perspectiva ambiental é de caráter incipiente, visto que faz parte do debate, de maneira imprescindível,

considerar os danos imateriais causados à população, àqueles que dizem respeito a alteração abrupta das relações comunitárias, da memória e da identidade dos atingidos.

3 ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA, MG: HISTÓRIA E RESISTÊNCIA

Dada a magnitude de rejeitos despejados diretamente sobre a fauna, a flora e os recursos hídricos de MG ao ES, estima-se 240.080 hectares de Mata Atlântica tenham sido completamente devastados, com a destruição se estendendo por mais 800 km (Brasil, 2019). A partir dessas alterações significativas nos territórios atingidos, é possível iniciar a compreensão de que os modos de vida das populações foram brutalmente modificados e lhes foi retirado o direito de manterem suas respectivas histórias de vida. A perda dos bens, desde registros fotográficos a residências completas, não configura mera destruição material, mas também um processo de ameaça de ‘apagamento da história’ e ‘perda de identidade’.

É nesse sentido que se torna verossímil a compreensão do tipo de impacto que um rompimento de barragem causa à população atingida. Agravam-se as desproteções relacionais que atravessam o cotidiano das famílias do território minerado, à medida que as mudanças trazidas pelo rompimento fragilizam ou interrompem os vínculos familiares e comunitários, considerando que o deslocamento forçado traz uma reconfiguração das relações sociais estabelecidas até então.

A partir do que foi relatado nas entrevistas realizadas entre março e abril de 2024, é possível destacar três grandes eixos em que se estabeleceram as violações em relação à população atingida: a alteração compulsória do modo de vida, as novas configurações das relações sociais em Mariana e o processo dificultado de garantia de acesso à informação.

3 1 Alterações compulsórias do modo de vida: violações e reivindicações

A luta para recuperar identidade, propriedades e vínculos persiste, mesmo após 9 anos, uma vez que a instituição responsável pela reparação dos danos causados, mantida pelas mineradoras envolvidas no crime, opera sob uma lógica capitalista e neoliberal. Portanto, passa a ser cada vez mais comum a manifestação de pessoas atingidas, que expressam que suas demandas são desconsideradas e que ocorre uma manutenção constante de uma perspectiva de violação.

As famílias foram deslocadas para locais significativamente diferentes daqueles onde construíram toda a sua história, deixando as comunidades rurais e sendo realocadas para o centro urbano de Mariana. Essa mudança alterou de forma drástica as relações que antes mantinham com os vizinhos, com a terra, o trabalho, a educação, a saúde, o lazer, entre outros aspectos.

No desenvolvimento desta pesquisa, todos os entrevistados relataram a transformação forçada dos modos de vida. Os atingidos apontaram o aumento no custo de vida, a impossibilidade de manter hábitos e tradições, o enfraquecimento ou até o rompimento de vínculos comunitários.

“Mas ainda foi um, foi muito duro, foi um processo muito assim, de descoberta mesmo, de como funcionava a realidade. Porque tinha uma vida muito própria lá em Ponte do Gama, né? (Mirella, Ponte do Gama)”

“A gente convivia de frente com meu sogro, minha sogra... Meus meninos foram criado a parceria praticamente, ficava de dia com a avó, toda hora tendo contato. (Marino, Paracatu de Cima).”

“É uma ruptura muito radical do modo de vida. Que eu acredito que esse dano, esses danos não são quantificáveis em valor exatamente, né, são danos coletivos imateriais, são danos simbólicos. (Pedro, Assistente Social).”

Nas narrativas, destacam-se com frequência o aumento do custo de vida e a interrupção das relações de trabalho e dos meios de subsistência. Nas comunidades atingidas, a população dependia principalmente da produção local para sua alimentação, além de obter seus rendimentos das atividades rurais. Após a destruição provocada pela lama de rejeitos, todas essas formas de sustento foram interrompidas.

“Era uma relação mais de subsistência, de dependência com a terra, as relações de troca entre a comunidade também facilitavam bastante. Dava para uma vida muito mais barata do que aqui em Mariana. Então, hoje eu trabalho e eu tenho que comprar tudo. (Mirella - Ponte do Gama)”

“A sensação que eu tive é que eu tinha plantado uma roça, capinado, cuidado... Na hora de colher, eles colocaram outro para colher no meu lugar. Então a gente sofreu um empobrecimento forçado e isso foi deteriorando as coisas que eu tinha. (Marino, Paracatu de Cima).”

Após o rompimento da barragem de Fundão, aqueles atingidos passaram a viver em condições precárias de subsistência, embora minimamente amparados pela Samarco. A vida de 20 pessoas foram tragicamente perdida e, ‘para aqueles que ficaram’, não restou apenas a dor da perda de familiares e amigos, mas também o sofrimento contínuo e profundo pela negação das condições essenciais para a reconstrução digna de suas vidas.

3 2 Relações sociais em Mariana: contradições da classe trabalhadora

Como aponta Carmo (2023), o "pós-rompimento" carrega contradições profundas enraizadas na dependência da mineração, característica tão presente na região, assim o ideal da minério-dependência, sob os marcos da racionalidade político-ideológica da classe dominante, penetra nas relações do proletariado.

Conforme relatado pelos entrevistados desta pesquisa, as violências ocorreram em dois principais eixos: a violência institucional, no trato com as mineradoras e o poder público, e a violência entre os próprios membros da comunidade, devido ao enfraquecimento das relações locais. Em todas as entrevistas, foi destacada a hostilidade que se instaurou entre a população já residente de Mariana e os atingidos, que foram forçosamente realocados no município.

"E hoje se eu compro um sapato novo, eles falam que é o dinheiro da Renova, entendeu? Isso me machuca muito. Eu pensei em ir embora da região por causa disso. A gente perde tudo, né? Você perde você, o que você era, você perde a identidade. (Marino - Paracatu de Cima)."

"A gente foi bem hostilizado aqui, na chegada na cidade. Tem situações de pessoas de Mariana jogarem pedra na casa de atingido, porque sabia que era atingido. Eu acho que esse é o ponto mais doloroso... Você ter que sair da sua casa expulso e chegar aqui nessa cidade. (Mirella - Ponte do Gama)."

O assistente social entrevistado contribui ao destacar o que este trabalho também aponta: a ideologia da minério-dependência permeia as relações na região e, diante de um evento de tal magnitude, é evidente que novas configurações e atravessamentos compõem as desproteções presentes na realidade da população do território.

"Se você for conversar com a população hoje, por exemplo, marianense de uma forma geral, o entendimento que ela tem da população atingida... Isso já na época a gente já observava isso, mas uma hostilidade muito forte com a população atingida. Sabe aquela lógica de que a gente vem em diversas... Na sociedade, né, em diversos ângulos, de culpabilizar as vítimas, com os atingidos também. (Pedro - Assistente Social)."

As contribuições trazidas dialogam com o caráter contraditório das relações no sistema capitalista e evidenciam a capacidade de dominação ideológica da burguesia. Não apenas ao orientar a constituição do Estado e suas políticas públicas, os ideais da classe dominante se infiltram no cotidiano da classe trabalhadora, intensificando-se em situações de extrema vulnerabilidade. Além disso, em um contexto de forte dependência da mineração, a defesa da continuidade e manutenção da atividade da empresa responsável pela destruição passa a ser defendida por aqueles que, embora não tenham

perdido suas casas, familiares ou histórias de vida, viram seu vínculo empregatício com a mineradora ser interrompido.

É importante destacar que não se pode ignorar os impactos do desemprego daqueles que trabalhavam na empresa até a data do rompimento. O foco aqui, no entanto, é a presença de uma violência intraclasse, que não responsabiliza nem enfrenta a burguesia em sua expressão. Carmo (2023) aponta que, apesar dos altos índices de desemprego, os próprios trabalhadores acabam se culpando mutuamente. As vítimas do rompimento-crime são vistas como responsáveis pela falta de oportunidades de trabalho, devido à interrupção e redução das atividades da Samarco. Além disso, a defesa incondicional do retorno da empresa torna-se algo comum, assim como uma postura de revolta em relação às famílias que agora residem no município.

3.3 Acesso à informação: dificuldades na garantia da comunicação

A racionalidade capitalista e o aparato estatal de caráter burguês estão intrinsecamente ligados à prática de não apenas desconsiderar a participação popular nos processos decisórios, mas também de criar estratégias que dificultem e bloqueiem o acesso à informação por parte da classe trabalhadora. Londe et al. (2020) (*apud* Gambardella et al., 2022) enfatizam que as informações relevantes para a execução de políticas públicas em situações de desastres acabam restringidas ao corpo técnico especializado, excluindo a população da formulação e implementação dessas ações, o que ignora seu protagonismo e especificidades.

Entre os resultados deste estudo, ficou evidente a dificuldade de acesso a informações sobre as consequências da atividade minerária e a falta de orientações sobre como agir em situações de calamidade, além da continuidade dos problemas de comunicação com as empresas responsáveis e com o poder público.

Para o Jornal A Sirene, em reportagem de título “Quem foi sua sirene?”, a população contou como recebeu o alerta trazido por vizinhos ou familiares, ao mesmo tempo que tentaram sobreviver e, inclusive, perdiam conhecidos que tiveram suas vidas ceifadas pela lama (Marques et al., 2016). Além disso, a falta de informações claras persistiu nos momentos e dias seguintes. Ao serem realocados para a Arena Mariana, as dúvidas continuaram, e os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão tiveram

seu sofrimento agravado pela ausência de uma comunicação eficaz por parte dos responsáveis.

“Então foi um período muito doloroso, muito difícil. Todo esse período a gente ficou assim... lá. Sem o mais importante que era a informação. Ela [informação] já não tinha antes e naquele momento também, as pessoas que chegavam, não conseguiam levar essas informações para a gente, né? Eu perguntava “o que que tá acontecendo? porque aquilo tudo está lá embaixo?”, a gente estava tão perto e não sabia. (Mirella, Ponte do Gama.”

As características desse contexto evidenciam o despreparo do poder público em suas diferentes esferas para o atendimento emergencial à população. Além disso, apontam a omissão da Samarco em atuar na prevenção e na proteção tanto das comunidades vizinhas quanto dos trabalhadores da mineração. No entanto, o bloqueio ou o acesso dificultado a informações essenciais não se limitou ao início imediato dessa situação.

É importante destacar que a falta de estratégias para comunicação direta evidencia o desinteresse da Renova em se engajar com as demandas dos atingidos, tratando da reparação sem se comprometer com a garantia de direitos e a interrupção das violações.

A bióloga Letícia, ativista do MAB, aponta uma mudança significativa na comunicação entre a Renova e os atingidos: a partir de 2019, houve uma intensificação da judicialização do processo de reparação. Isso resultou na desmobilização da população, um processo que foi ainda mais agravado pela chegada da pandemia de Covid-19 no início de 2020.

“Tava tendo algum avanço no processo extrajudicial, algum avanço dos atingidos. Pouco, mas estava começando a sinalizar um avanço e as empresas, então, se reorganizam junto com os juiz para poder dificultar, né, o direito dos atingidos a ser garantido. (Letícia - MAB)”

“Como é que os atingidos... Aquele debate que o nós fizemos, que tinha que entrar mais gente na reunião, ele vai se perdendo, porque as pessoas... Como que as pessoas vão até Belo Horizonte? Todas elas, onde é a sede justiça federal, né? E aí em 2020 começa também a pandemia, piora isso mais ainda, né? (Letícia - MAB)”

As ações de mobilização e negociação realizadas pelos movimentos sociais da região, entre eles o MAB, desempenham um papel crucial na materialização das demandas da população afetada. Foi, e continua sendo, o trabalho de luta desenvolvido que se opôs à ofensiva predatória do capital ao longo dessa quase década. De um lado, a negação desse direito por parte das empresas; do outro, a resistência e a luta popular.

4 TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E GARANTIA DE DIREITOS DE ATINGIDOS

Em situações de calamidade como as supracitadas, é previsto pelo Código de Ética do/a Assistente Social (1993), no artigo 3º, alínea d, “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades”. Ademais, em conformidade com o Projeto Ético Político (PEP) da Profissão, é de se configurar um trabalho que desenvolve uma intervenção que não só produz respostas imediatas àquelas demandas que se apresentam em uma situação de calamidade pública, mas assume “compromissos éticos com um novo projeto societário, livre de exploração (de recursos humanos e ambientais), opressão de classe, raça, etnia e gênero” (CFESS, 2022).

Como resultado da pesquisa, os atingidos entrevistados relataram que não receberam acompanhamento contínuo de assistentes sociais na esfera pública ao longo de quase uma década. Quanto à interação entre assistentes sociais e o MAB, a entrevistada mencionou que essa relação foi passageira. Além disso, o Movimento enfrentou obstáculos com a Prefeitura de Mariana, que impediu a realização de capacitações e debates contínuos.

O Assistente Social Pedro destaca o que foi desenvolvido e os desafios enfrentados, ressaltando que a reparação e a garantia de direitos ficaram centralizadas nas ações da Renova. Sob a ótica do capital, o lucro prevalece sobre a vida da população atingida, resultando na mercadorização da reparação. Também explicou que, logo após o rompimento, antes da atuação da Fundação Renova e da Cáritas, as demandas causadas pelo desastre chegaram rapidamente aos serviços públicos. A população buscava esses serviços com questões surgidas ou agravadas pela condição de atingido.

“Então as demandas eram diversas, múltiplas, né? As violações de direito também, né? As pessoas idosas, com deficiência... Aquilo que já era da nossa alçada, se intensifica com esse processo, né? Aquilo que é inaudito, também articula com aquilo que a gente já fazia atendimento (Pedro, Assistente Social).”

Vale destacar que se faz importante não responsabilizar individualmente os profissionais pelas “não ações” num contexto de calamidade como o aqui descrito, dado seu caráter inédito quando do acontecido. Em vez disso, deve-se analisar o que foi

possível realizar em um contexto de desresponsabilização e violações por parte do Estado e das grandes empresas, além de discorrer sobre as potencialidades identificadas.

É essencial entender que, em uma sociedade de classes com divisões sociais, sexuais, técnicas e uma diversidade de profissões, o/a assistente social atua em conjunto com outras categorias. Assim, a categoria "contribuição" é definida com base no entendimento de que os assistentes sociais estão inseridos em um trabalho coletivo. A seguir, as considerações sobre as contribuições dos assistentes sociais na garantia de direitos de atingidos pela mineração é apresentada em três eixos: 1) a direção do Projeto Ético Político da profissão; 2) o fomento da construção de novos consensos sociais; 3) fortalecimento do coletivo e dos movimentos sociais.

Inicialmente, destaca-se a importância do Serviço Social como uma categoria que realiza uma análise crítica e histórico-dialética da realidade social. Assim, *a direção do Projeto Ético-Político* contribui em ações concretas que atendem às demandas do proletariado. Reconhecer as implicações das desigualdades de gênero, racismo, LGBTQIAP+fobia, capacitismo e exploração de classe, entre outras violências, dá visibilidade a questões que afetam os atendidos e contribui para a reflexão e subversão dessas opressões.

Assim, ainda que o acúmulo teórico-metodológico e técnico-operativo para a ação profissional dos(as) assistentes sociais em situações como a ocorrida em Mariana esteja em construção e seja pouco solidificado, não podemos desconsiderar nossa capacidade de leitura de totalidade, que não nos permite desvincular, secundarizar ou descartar a intrínseca relação entre o fenômeno e a luta de classes na sociedade capitalista em sua configuração contemporânea (Tomaz; Martins; Carrara, 2023, p. 114)

Ao atuar em um contexto específico, os profissionais avaliam a conjuntura considerando questões de classe, gênero e raça/etnia, o que confere ao trabalho não apenas sensibilidade, mas também uma consciência de classe.

O exposto também se conecta ao *impacto da atuação profissional na formação de novos consensos na sociedade*. Iamamoto (1998) afirma que os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos profissionais ao longo de sua formação são meios de trabalho, portanto “as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam” (Iamamoto, 1998, p. 63).

O trabalho realizado reflete a intervenção dos assistentes sociais e gera impactos na sociedade. Como a autora destaca, “tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (Iamamoto, 1998, p. 68).

Nesse contexto, os assistentes sociais atuam na formação de consensos sociais, intercedendo tanto na reprodução material da força de trabalho quanto na reprodução político-ideológica dos indivíduos. Quanto ao trabalho com a população atingida, é essencial um debate sobre políticas públicas que garantam seus direitos, tanto no momento emergencial quanto ao longo do tempo, à medida que os impactos se prolongam. Além disso, a atuação orientada criticamente e dialogada com a população, promovendo encontros entre comunidades, contribui para a construção coletiva de identidades e para a luta social.

Partindo dessas considerações, surge outro eixo: *o fortalecimento do coletivo e dos movimentos sociais*. É importante lembrar que as/os assistentes sociais atuam em um contexto de trabalho coletivo, unindo-se a outros atores sociais para alcançar objetivos. Isso envolve não apenas a colaboração com diferentes profissões, em um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, mas também com sujeitos coletivos.

Faz-se importante ressaltar que, ao tratar da garantia de direitos, o trabalho dos assistentes sociais não substitui o realizado pelos movimentos sociais, mas se complementam e se inter-relacionam. Além disso, a aproximação com organizações populares também favorece a reflexão sobre as lutas sociais e possibilita a aquisição de novos conhecimentos, tanto de forma individual quanto institucional.

Defende-se aqui que os movimentos sociais também geram conhecimento, o qual deve ser compartilhado e apropriado pelos profissionais que atuam em sua proximidade. Assim, a promoção da construção de uma identidade coletiva e do trabalho conjunto está ligada à reciprocidade e à horizontalidade nas relações, onde o elemento central não é a subordinação, mas sim a construção coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do rompimento da barragem de Fundão em 2015 torna impossível concluir a discussão neste texto, evidenciando a necessidade de continuidade e aprofundamento em outras pesquisas, que poderão ser desenvolvidas futuramente.

Este ensaio, então, serve como um indicativo da importância da atuação dos assistentes sociais na garantia dos direitos da população atingida, compreendendo a conexão entre as características do modo de produção capitalista e a urgência da luta por uma nova ordem de sociabilidade. Trazendo a luz que esta categoria profissional possui documentos e orientações que buscam nortear o trabalho, de modo a reconhecer as implicações do capitalismo e da sociedade de classes, é possível vislumbrar os impactos positivos aqui citados para a garantia de direitos da população atingida pela mineração.

A vivência em Mariana é exemplo do ceifamento de direitos e da ofensiva do capital, ao mesmo tempo que serve de contexto de estudo para compreender realidades similares e tornar possível esperar uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. O peso da mineração na região sudeste. In: MINERAL, Centro de Tecnologia. **Recursos Minerais e Sociedade: impactos humanos – socioambientais – econômicos**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2014. p. 226-233. Disponível em: http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1849/1/CCL0014-00-14%20Alamino_Villa%20Verde_Fernandes%20%282014%29.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Org.). **Labirintos da Precarização do Trabalho e das Condições de Vida**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2023a. p. 223-244. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZfIDFoYk7LIzY4znpBfaN1NcT3L8V7k/view>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BERTOLLO, Kathiúça. O enfrentamento à mineração extrativista no quadrilátero ferífero de Minas Gerais: considerações sobre o surgimento, constituição e atuação da FLAMa. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, BA, v. 13, n. 2, p. 316-342, ago. 2021 Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45074/25212>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRASIL. **Ministério Público Federal**. O Caso Samarco. [S.l.]. MPF, 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- BRASIL. Resolução CFESS nº 273, Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, DF, 13 mar. 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

CARMO, Roberto Coelho do. "Acidente Industrial Ampliado" como Consequência do Processo de Valorização: o caso da minério-dependência de Mariana/MG. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (org.). **CFESS Manifesta: O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidade**. Brasília, DF: CFESS, 2022. *E-book* (4p.) (Série Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional). color. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto da mina Apolo da Vale. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina, PR. **Anais [...]**. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em:

https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v1_tadzio_GII.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

GAMBARDELLA, Alice Dianezi; ACOSTA, Ana Rojas; BRANDÃO, Felipe de Souza. Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do SUAS diante dos desastres socioambientais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 144, p. 193-212, mai. 2022 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FjtfZp5BrjBzQWCbRRq993z/>. Acesso em: 19 maio 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. (Aut.). **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho de formação profissional**. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1998. p. 57-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Análises da Economia Mineral Brasileira**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Mineração, 2012. *E-book* (68p.) Disponível em: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2020/12/informacoes-sobre-a-economia-mineral-2017.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência (1973). TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini: "Dialética da dependência" e outros escritos. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2022.

MARQUES, Edilaine *et al.* Quem foi sua sirene? **Jornal A Sirene**, Mariana, MG, n. 0, 5 fev. 2016. p. 5. Disponível em:

https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle, 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Quem Somos**. 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTOS, Eliene. Fiscalização duvidosa: As barragens de rejeitos deveriam amenizar impactos ambientais, porém isso nem sempre acontece. **Revista Curinga**, Mariana, MG: UFOP, ed. 16, ano VI, p. 26-29, 1 mar. 2016. Disponível em:

<https://issuu.com/revistacuringa/docs/curinga16issuu>. Acesso em: 3 mar. 2024.

TOMAZ, Cristiane Silva; MARTINS, Sara Araújo; CARRARA, Virgínia Alves. A ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: reflexões a partir do crime da Samarco em Mariana. In: HORST, Cláudio H. Miranda; CARRARA, Virgínia Alves. (Org.). **"Questão Social", Mineração e Serviço Social: Reflexões a partir da região dos Inconfidentes**. 1 ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2023. cap. 3. p. 97-119, Disponível em:

<https://www.editora.ufop.br/index.php/editora/catalog/view/184/138/466-1>.